

XXV – Legislação Municipal

Apresenta-se neste anexo a relação de parte da legislação municipal de transporte coletivo vigente, que poderá ser consultada no sítio da Prefeitura Municipal de Porto Velho, e demais legislações estaduais e federais vigentes.

Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº 8.078/90, instituindo o Código de Defesa do Consumidor.

Lei nº 8.723/93, dispondo sobre a ratificação da Resolução CONAMA 08/93.

Lei nº 9.503/97 e suas alterações, instituindo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Lei nº 11.126/05 e suas alterações, dispondo sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão guia.

Lei nº 13.146/2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Decreto nº 5.296/04, regulamentando as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00, relativas às questões de acessibilidade.

Resoluções CONTRAN específicas à Indústria de Fabricação e aos assuntos tratados neste Manual dos Padrões Técnicos de Veículos.

Resoluções CONAMA específicas à Indústria de Fabricação e aos assuntos tratados neste Manual dos Padrões Técnicos de veículos.

Normas ABNT NBR 10966:1990, 10967:1999, 10968:1989, 10969:1989 e 10970:1990, definindo o método de ensaio e os requisitos mínimos para avaliação do sistema de freios dos veículos.

Norma ABNT NBR 6056/80 e suas alterações, dispondo sobre a faixa antropométrica para motoristas.

Norma ABNT NBR 6066/80, dispondo sobre o número de identificação de veículos rodoviários (VIN).

Norma ABNT NBR 6606/80 e suas alterações, dispondo sobre os padrões ergonômicos.

Norma ABNT NBR 10756/89, estabelecendo posicionamento do bocal de saída da tubulação de escape.

Norma ABNT NBR 9079/85, determinando o nível de ruído interno.

Norma ABNT NBR 14022/06, dispondo sobre a acessibilidade em veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros.

Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Lei Municipal nº 1.833/2009 que dispõe sobre a proibição aos motoristas de ônibus de fazer a cobrança de passagens no sistema de transporte coletivo no município de Porto Velho.

Lei Municipal nº 1.441/2001, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a contratar, pelo regime de concessão, a prestação e exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências.

Lei Municipal nº 1.695/2006, que dispõe sobre a gratuidade no uso das empresas concessionárias e permissionárias de serviço de transporte coletivo urbano no município de Porto Velho à pessoa com deficiência.

Lei Municipal nº 2.108/2013 que dispõe sobre a obrigação das empresas concessionárias de transporte público de prestar informações aos usuários

Lei Municipal nº 2.129/2014, que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano a pessoa idosa a partir de 60 anos.

Lei Municipal nº 2.182/2014, que dispõe sobre o desembarque de passageiros idosos e deficientes físicos fora do ponto de parada nos transportes coletivos e dá outras providências.

Lei Municipal nº 2.250/2015, que dispõe sobre condições sanitárias e de conforto nos terminais de ônibus dos motoristas e trabalhadores em transporte coletivo no Município de Porto Velho.

Lei Municipal nº 2.272/2016 que dispõe de implantação de placas nos pontos de ônibus que informem sobre os horários de funcionamento, valores e percurso do coletivo, com acessibilidade em linguagem braile.

Decreto nº 6.633/1998 e alterações, aprova o regulamento dos transportes coletivos do Município de Porto Velho.

Decreto nº 9.330/2004, que altera os artigos 20, 92, 93, 94, 95 e 96 do Regulamento dos transportes coletivos do município de Porto Velho.

Decreto nº 14.107/2016, que dispõe sobre nova metodologia de Bilhetagem eletrônica e o sistema de integração do transporte coletivo urbano de passageiros no âmbito do município de Porto Velho.

Decreto nº 14.238/2016, que altera o disposto do decreto nº 14.107, que dispõe sobre nova metodologia de bilhetagem eletrônica e o sistema de integração do transporte coletivo urbano de passageiros no âmbito do município de Porto Velho.

Decreto nº 15.354/2018, Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.